

**DO ORAL AO ESCRITO:** Implicações e Complicações na Transcrição de Narrativas Oraís \*

**José Guilherme dos Santos Fernandes (UFPA)**

Professor Adjunto de Teoria Literária da Universidade Federal do Pará, Centro de Letras e Artes; Doutor em Literatura e Cultura pela Universidade Federal da Paraíba (2004); Coordenador do Projeto de Pesquisa “Rotas do Mito”.

**Resumo:**

A proposta aqui apresentada é debater o modelo utilizado pelo Projeto “Rotas do Mito” (UFPA/Centro de Letras e Artes), considerando-se as dificuldades e soluções relativas à transcrição do texto oral.

**Palavras-chave:**

transcrição, texto oral, história oral

**Abstract:**

The purpose of this paper is to debate the model utilized by the project “Roots of the Myth” (UFPA/Center of Letters and Arts), considering the difficulties and solutions to the transcription of the oral text.

**Key-words:**

Transcription, oral text, oral history

---

\* Este artigo se propõe a apresentar e esclarecer à comunidade científica a grade de transcrição do Projeto de Pesquisa “Rotas do Mito”, do Departamento de Língua e Literaturas Vernáculas, do Centro de Letras e Artes, da Universidade Federal do Pará, e que tem o apoio do Núcleo de Meio Ambiente, da referida universidade. O objetivo do projeto é registrar, analisar e catalogar narrativas orais, oriundas de histórias de vida ou da tradição oral, para posterior interpretação, baseados em conceitos da teoria da narrativa, da sociologia da cultura e dos estudos culturais. Atualmente o *corpus* é constituído de narrativas de imigrantes e seus descendentes que se estabeleceram na Amazônia a partir da eclosão do Ciclo da Borracha, de um lado, e por outro lado composto de narrativas míticas e lendárias coletadas pelo Projeto de Pesquisa IFNOPAP (O imaginário nas formas narrativas orais populares da Amazônia paraense), do mesmo Centro.

## 1. DO ORAL AO ESCRITO

As relações entre a palavra oral e a escrita nunca foram tão pacíficas, uma vez que uma vai na contramão das idiossincrasias da outra. O que quero dizer é que para a liberdade discursiva e expressiva do oral não corresponde exatamente o mesmo princípio na palavra escrita, pois a escrita se coloca como o duradouro, o definitivo em alguns casos. Por outro lado, deve-se entender que no mundo moderno as implicações entre uma e outra são inevitáveis, e mesmo na moderníssima *internet* já não se pode falar em uma dissensão pois com o advento do *webcam* escrever na tela passou a ser complementado pelo falar, ver e ouvir. Mesmo a escritura “internáutica” está eivada pela oralidade, se constituindo já em uma nova forma de escrever, uma nova “língua”.

Dadas essas questões basilares, como compreender as relações entre o oral e o escrito? Em primeiro lugar, é de bom tom que se parta da compreensão de que o oral tem uma finalidade diversa, que é marcada pelo contato persuasivo e mais direto entre os locutores, sendo um texto que pode ser reelaborado no ato de sua produção/recepção; contrariamente, a escrita, ao se enquadrar na durabilidade do tempo e espaço, se destina muito mais ao canônico, podendo transitar entre várias culturas com a autoridade de quem a impõe como o elemento ordenador, claro que do ponto de vista hegemônico. Por isso, a escrita serve com melhor aproveitamento à concepção clássica de ciência porque ordena mais coesivamente o sintagma, coisa que a oralidade não se adequa por seu caráter digressivo e performático, ou seja, em especial as narrativas orais são marcadas por narrativas de encaixe e pela complementação do corpo à voz; ou seria a complementação da voz ao corpo? Aqui se conclui, em primeira mão, que os problemas relativos ao oral e ao escrito são constituídos pela diversidade semiótica de cada modalidade, mas que não param por aí. A autoridade política de cada modalidade talvez seja mais determinante na medida em que a escola e outros segmentos afins legalizam a escrita como “a língua” e reservam ao oral o estigma de “errado”, o que não é novidade. A novidade está no fato de que, nos últimos anos, é cada vez maior o campo operacional dedicado à oralidade no ensino superior e na pesquisa acadêmica, o que tem implicado em se rever o conceito de conhecimento, visto que, como já foi apontado, a escrita parece se constituir em mais racional do que a oralidade, e por esta razão é mais aceita pelo discurso científico. Isto porque, no caso específico da história oral, pode-se considerar que “é uma história construída em torno de pessoas(...) Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação” (THOMPSON, 1992, P.44). Ou seja, ao considerarmos o narrado que está impresso em depoimentos e histórias de vida do “homem comum” procedemos a uma nova focalização

sobre o passado, não isoladamente mas como parte constituinte da memória coletiva<sup>1</sup> e da consciência contemporânea, o que nos abre um leque ao considerarmos não apenas a versão hegemônica (seja escrita ou oral), mas que passemos a questioná-la mediante outras versões e mesmo a consideremos como participante destas. É bom lembrar que elidir o pensamento à fala requer um longo processo para as populações tradicionais e empobrecidas, pois a participação do indivíduo na condição de enunciador de seu discurso oralizado pressupõe vencer os estágios de criar, defender, argumentar, opinar sobre um conhecimento muitas vezes posto de lado pela cultura hegemônica.

Se por um lado as narrativas orais de histórias de vida são importantes para a releitura da realidade, não é menos verdade que devemos “arrumar” as versões orais para melhor compreendê-las. E arrumar não significa só colocar o oral na camisa de força do escrito, o que é necessário ainda na academia. É certo que a necessidade de transcrição, imposta pela tradição científica para o estudo do texto narrativo oral, por si só é uma contradição em função de que a epistemologia universitária credita maior factualidade ao escrito. Mas o sentido de arrumar, aqui utilizado, não tem nada a ver com uma intervenção ideológica no discurso do outro, por mais que isso ocorra às vezes sem nos darmos conta. A coerência no texto oral não é a mesma coerência do texto escrito. Neste, a coerência é muito mais interna, e deve ser assegurada estritamente pela palavra, pela grafia. No caso do oral, a performance é o que engloba o todo para dar a medida expressiva da narração, ou seja, palavra e corpo estão enraizados na história, seja no tom da voz ou na escritura do gesto e do semblante. Assim é que o que pode aproximar e estreitar o oral e o escrito é o gênero dramático, a escritura teatral, porque entre o narrador e o dramaturgo a diferença é de sentido: enquanto este escreve para encenar, aquele encena o que será escrito pelo pesquisador. E aqui talvez resida a riqueza da narrativa oral, pois ela é escrita a duas mãos, ou melhor, entre a voz e a mão, em duas modalidades. Por isso, uma palavra sobre a entrevista.

## 2. A ENTREVISTA

---

<sup>1</sup> O conceito de memória coletiva está de acordo com a visão de que a memória é socialmente organizada e sofre os efeitos de concepções históricas e sociais do *mnemon*, mas acredito que não devemos esquecer que a lembrança é sempre individual. Como lembra Portelli, “as recordações podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas. Porém, em hipótese alguma, as lembranças de duas pessoas são — assim como as impressões digitais, ou, a bem da verdade, como as vozes — exatamente iguais” (1997, p.16).

Este é o momento em que o escrito se delinea, em que a voz traz as marcas impressas da língua, portanto é o momento que irá definir o que será a narrativa, que história será escrita como resultado da interlocução entre narrador e pesquisador, ou narratário. A começar, a categoria que melhor se enquadra, em meu entender, aos propósitos da história oral não é a de informante e sim a de **narrador**. Isto porque acredito que o interlocutor do pesquisador não presta uma mera informação, pontual, que depois pode ser descartada ou recortada; ou mesmo que o narrador seja um “bate-paus” ou alcagüete. Há de se vê-lo com a seriedade que se devota a um cidadão, a um ser histórico, que narra a sua experiência como participante de um contexto amplo — mesmo que não seja o protagonista — e que tem ponto de vista e concepção de mundo acerca de si e de outros. E quem narra, na estrutura narrativa, nada mais é do que o narrador.

Reconhecida essa condição, o próximo passo é compreender a entrevista como uma experiência compartilhada. Para Portelli (1997, p.17),

cada pessoa é um amálgama de grande número de histórias em potencial, de possibilidades imaginadas e não escolhidas, de perigos iminentes, contornados e por pouco evitados. Como historiadores orais, nossa arte de ouvir baseia-se na consciência de que praticamente todas as pessoas com quem conversamos enriquecem nossa experiência.

Isso significa que o dialogismo é quem determina a estrutura do texto narrativo que a posteriori será transcrito, o que quer dizer não uma construção em que reine a igualdade, com concordâncias tácitas do pesquisador em relação às opiniões do narrador, ou com este dizendo somente aquilo que o pesquisador “gostaria” de ouvir. O dialogismo na entrevista é o das diferenças, como afirma Portelli: “a fim de sermos totalmente diferentes, precisamos ser verdadeiramente iguais e não conseguiremos ser verdadeiramente iguais se não formos totalmente diferentes”; e completa: “o trabalho de campo é, por necessidade, um experimento em igualdade, baseado na diferença” (idem, p. 19). Esta questão se justifica em razão de que só existe narrativa porque existe um conflito, não necessariamente uma guerra: um conflito pode ser de opinião, de ação, de concepção de mundo, de cultura. Mas o conflito não é sinônimo de desavença, no caso da entrevista, e sim a possibilidade de se construir um texto rico em narratividades, descrições, reflexões. Aí, cabe ao pesquisador participar mais diretamente da entrevista somente quando suas perguntas foram desencadeadoras de uma progressão narrativa, que pode estar não apenas em verbos de ação, mas também em verbos de estado, que dão o caráter fundamental de quem age e de quem sofre as ações.

Fomentando essa experiência compartilhada e em diferença, o pesquisador possibilita o aparecimento do inusitado do enredo e da linguagem, porque o “homem comum” que narra irá narrar aquilo que lhe foi mais caro e, por conseguinte, aquilo que foi único, misturando estilos e figuras de linguagem, gêneros textuais, períodos, tal e qual o literato em busca da expressão que melhor cabe ao fazer artístico; assim, literatura e história oral se confundem, ou pelo menos constroem os textos de forma semelhante. Há de se atentar também que a qualidade da intervenção do pesquisador, seja mediante o diálogo propriamente ou através de sua “simples” presença em meio diverso do seu, pode determinar o andamento da narração, podendo esta ser mais concisa ou mais digressiva, ou ainda fazer com que o narrador mascare suas intenções, nem sempre tão boníficas, mas com certeza na mesma dimensão com que o pesquisador o aborda.

Ademais, o entrevistador/pesquisador deve: demonstrar interesse e simpatia pela história e pela opinião do narrador, considerando que a narrativa é uma versão possível e plausível; ouvir mais do que falar, pois o entrevistado é o outro; não ser intransigente em relação às situações inusitadas; conhecer previamente a comunidade a ser pesquisada, inclusive minimamente sendo sabedor dos termos, hábitos e costumes dessa realidade; ter clareza sobre quais assuntos e enfoques mais condizem com o narrador; organizar as temáticas de sua entrevista, sem, no entanto, amarrar perguntas ou deixar de fazê-las pontualmente. Em relação às perguntas, o pesquisador deve atentar que existem narradores mais falastrões e outros mais comedidos e entre estes dois tipos variações que se encaminham para um extremo ou outro. O importante é saber de que modo cada um desses tipos de narradores organiza o seu texto, apontando para uma coerência interna, que nada tem a ver com o estatuto da verdade, e sim com a capacidade de enredamento lógico de seu sintagma narrativo.

As perguntas devem ter uma elaboração prévia e seguirem um modelo básico, que determine questões gerais, como família, trabalho, infância e adolescência, religião, política, sexualidade, lazer, entre outras, sempre se atentando para perguntas que provoquem respostas com enunciados tanto descritivos como narrativos, pois a narrativa só se constroe a partir do conflito gerado pela ação narrativa, ou seja, pela transformação de estados, de condição, o que denota polêmicas ou acordos. As perguntas devem ser “simples”, em linguagem usual, evitando as de duplo sentido ou as perifrásticas, bem como aquelas de natureza estritamente pessoal, sem serem perguntas extremamente diretivas, que coloquem o narrador em uma “saia justa”. As descrições e as conceituações devem ser estimuladas, pois é o momento em que o narrador mais se entrega a uma visão particular, principalmente em

juízos éticos e estéticos. Em se tratando das passagens mais narrativas, deve o pesquisador buscar, através do narrador, a datação dos eventos, bem como os agentes e os pacientes da ação narrativa.

Não se deve esquecer que a narrativa oral é um texto verbal que solicita sua complementação com outros meios de registro, como o visual e o auditivo, através de recortes de jornais, fotografias, músicas, livros, etc. Estes objetos podem ser o ponta-pé da entrevista ou o estímulo em um momento de prolongado silêncio. Afinal, a história oral não se basta, necessitando de outras fontes documentais. Por isso, também, é importante o registro de todo detalhe que o entrevistador acreditou interessante no decorrer da entrevista, como expressões faciais e gestos, o ambiente no entorno, a descrição da comunidade e dos costumes na ocasião da gravação, ou seja, qualquer aspecto não captado pelo gravador. Neste caso, a clássica “caderneta de campo” pode ser uma boa ajuda.

Por fim, é aconselhável que se saiba das limitações da entrevista, sejam as de ordem da informação prestada ou relativas à sua duração. Saber o exato momento de parar pode ser providencial para que asseguremos a continuidade da entrevista em um outro momento, com mais cumplicidade com o narrador.

### 3. A TRANSCRIÇÃO

Na passagem do oral ao escrito, é bom que se tenha em consideração algumas características decorrentes da natureza oral da língua. Em primeiro lugar, só existe língua porque uma imagem acústica (som, significante) se associa a um conceito (idéia, significado), isto é, quando uma realidade é fundada mediante a designação pela voz, a mesma voz que proporciona mudança de significado em um sintagma mediante a alteração de valores baseados na oralidade, o que gera palavras de sentidos diversos (p.ex., “fala” e “cala”). Por isso, podemos dizer que a oralidade é um evento primário na constituição das línguas, o código oral precede a escrita.

Decorrente dessa colocação — a antecedência do oral em relação ao escrito — é que se pode afirmar que, pelo menos em nossa proposta de trabalho com a oralidade, a escrita deve “servir” às nuances e expressividades das narrativas orais<sup>2</sup>. Assim é que, não obstante a transcrição ser grafemática (isto é, feita prioritariamente na língua padrão), deve-se atentar para a pronúncia do narrador e aproximar a transcrição de sua construção morfossintática

---

<sup>2</sup> Entende-se por narrativa oral o texto transcrito de origem vocal, com a presença de um narrador que participa como protagonista ou não, mas que imprime seu ponto de vista, com lugar de enunciação marcado no texto por elementos dêiticos. Pode retratar um mundo mais coletivo (mitos, lendas) ou mais individual (história de vida), em que a memória e a experiência estão presentes na sua produção e circulação.

(concordância, número, gênero, pessoa), prosódia (padrões de entonação) e vocabulário (de uso geral e de uso local).

As vozes do narrador/entrevistado e do pesquisador/entrevistador devem ser marcadas distintamente no texto. Utiliza-se no Projeto “Rotas do Mito” a fonte TIMES NEW ROMAN ou ARIAL na transcrição da voz do pesquisador durante a entrevista, assim como na escritura de seu texto (artigo, ensaio, monografia, dissertação) em que a transcrição faz parte como registro oral. No caso da transcrição da narrativa do entrevistado altera-se a fonte para COMIC SANS MS, pois outro destaque deve ser dado ao texto de gênese oral, ou seja, procura-se ressaltar a procedência diversa dos discursos presentes — cultura escrita e cultura oral — para chamar atenção que estamos face a um saber da ciência e outro da experiência. A opção por esta fonte no discurso oral é em decorrência dela simular, por seu caráter mais cursivo, o manuscrito (repare-se na grafia da letra a), que em meu entender está mais próximo do corpo, como a voz, sem intermediação de instrumentos mais mecânicos, como o computador ou a máquina de escrever. Todavia, tanto no texto do narrador como no texto do pesquisador o tamanho da fonte deve ser 12 e o espaçamento 1,5, para se oferecer uma melhor visualização na leitura. Os números devem ser grafados por extenso.

Abaixo um exemplo extraído de minha tese de doutorado<sup>3</sup>, em que pode-se observar o modo como cada voz participa na constituição do texto final:

A permanência do cenário de trabalho é resultante da persistência das mesmas condições sociais de produção do caboclo-pescador, que se arrasta através da história do odivelense. Mucá<sup>4</sup>, atual presidente da Colônia de Pescadores de São Caetano de Odívelas (Z-4), lembra sua história, iniciada na vila de Santa Maria da Barreta, município de São Caetano, e posteriormente na sede do município, o que confirma o repetitivo cenário em que o “drama” do pescador se desenrola:

Eu não tive oportunidade, devidamente meu pai ser só pescador, ganhando pouco, né, como é o pescador artesanal. Aqui, todo mundo ganha

---

<sup>3</sup> A tese de doutorado *O boi de máscaras: festa, trabalho e memória na cultura popular do Boi Tinga de São Caetano de Odívelas, Pará*, foi defendida na Universidade Federal da Paraíba, em 18/03/2004, no Programa de Pós-Graduação em Letras.

<sup>4</sup> Manoel Domingos Albuquerque, ou Mucá, nascido em 1948, é desde 2000 o presidente da Colônia de Pescadores de São Caetano. Há dois anos participa como tesoureiro do MOPEPA – Movimento de Pescadores do Pará, entidade ligada à CUT e que faz oposição a Federação dos Pescadores do Pará – FEPA, em especial ao seu presidente Orlando Lobato, quem apoiava o antigo presidente da Z-4, Seu Dilso, que por 20 anos dirigiu a Colônia, destruindo sua sede. Mucá concedeu essa entrevista em 09/09/2000.

pouco, só pra sobrevivência mesmo: é um caranguejo, era um camarão, era um peixe, quer dizer, foi ficando difícil pra mim ir pra cidade (a sede do município). Eu fiquei lá até a idade dos 13 anos. Com os 13 anos eu vim pra cá (a cidade de São Caetano de Odivelas), estudar, trabalhar, e foi todo tempo pesca ... até hoje é pesca.

Mucá, ao ser indagado sobre sua “aprendizagem” na pesca, assegurou-me:

Eu aprendi com meu pai. E desde pequeno já VIM pescador. Desde da idade de 8 anos, 9 anos, meu pai já me levava pra Baixo<sup>5</sup> uma montaria pequenina. Aí ele fazia assim, assoalhava o fundo da montaria, ai eu me deitava, até que ele ía lá. A gente saía às vezes 8 horas da noite, 10 horas da noite, conforme com a maré. Saída era conforme com a maré. A gente ia lá pra Baixo, ele dizia: —“Dorme um pouco aí”. Quando é de manhã cedo, ele me chamava:

—“Pilota a canoa aí”. Eu ia, pegava o remo e ia pilotando a canoa. Não tinha NEM força de remar, ele que puxava lá na frente com o outro remo, e eu que agüentava no piloto aqui pra canoa não todo doido. Aí jogava a tarrafa, puxava peixe. Desde essa idade foi trabalhando já com ele esse tipo de coisa. Então o pescador é assim, sofrido que só; eu digo sofrido porque é, né. Conheço, meu pai é desse tipo e coisa, sofrendo, pegando CHUVA que só. Hoje ele é aposentado aqui pela Colônia. Ganha apenas esse salário do Governo ... é ruim que só.

Observa-se no exemplo acima — em que se utilizou a fonte TIMES NEW ROMAN para o discurso do pesquisador e a fonte COMIC SANS MS para o discurso do narrador — que as vozes do discurso direto do pesquisador e do narrador são marcadas distintamente, para se dar ênfase de que são discursos de origem diferenciada, por mais que o ordenador desses discursos utilize a visão acadêmica, isto é um fato que até então nos limita. Pelo menos, sabedores de que existe a distinção, pode-se minimamente atentar para a construção

---

<sup>5</sup> “Levar pra Baixo” quer dizer que o pai já o levava para pescar na região da foz do rio Mojuim.

frástica de um e de outro, e também a concepção de mundo de cada um. É por isso que, além do destaque na fonte, deve-se perceber que o espaçamento na página conferido a um ou outro discurso é o mesmo, isto é, tal qual o texto do pesquisador o texto do narrador merece ocupar todo o espaço da página, como se fosse também o texto de quem constrói solidariamente o texto científico, no caso a tese. É por isso que a voz de Mucá, agora como texto escrito, merece o mesmo espaçamento entre linhas, a mesma formatação, apenas se distinguindo pelo tipo de fonte, mas sendo o mesmo tamanho, 12. Outro detalhe é que o espaçamento entre o texto do pesquisador e do narrador deve ser de duas entradas, para chamar a atenção de que uma outra voz irá falar a partir daquele momento.

Outro dado importante no exemplo acima é quanto ao uso de notas de rodapé. Elas fazem o papel do discurso indireto no decorrer da entrevista, já que esta pode ser entendida como a presença do discurso direto, pois a entrevista se desenvolve como diálogo. Isto porque se entendermos a dissertação ou tese, ou o trabalho científico, como uma narrativa, em que o narrador primeiro é o pesquisador, pode-se facilmente perceber que na transcrição as notas são explicações a parte sobre a narração do entrevistado, sendo esta uma narrativa de encaixe em relação à narrativa do pesquisador. Então, nada mais óbvio do que utilizar as notas de rodapé para identificar o narrador e as circunstâncias da entrevista e também para explicações pontuais que o pesquisador julgar necessárias, mas que não cabem no texto da entrevista porque poderiam “quebrar” o ritmo da narração, constituindo-se em uma interferência desnecessária do entrevistador na ocasião do relato do narrador, o que poderiam inclusive perder-se a *performance* narrativa. Em geral, as notas explicativas são originadas a partir das anotações da caderneta de campo ou de alguma informação específica prestada pelo narrador após o desligamento do gravador.

Durante e após a transcrição, podemos observar outros aspectos na narrativa oral que eventualmente nos servirão para facilitar nossas análises; são os seguintes:

1. Oral e escrito:

- diferença entre grafemas e pronúncia.
- forma oral e forma dicionarizada de sintagmas e outras expressões
- expressões/palavras em situação de contexto: semântica local.
- expressões/palavras conforme o meio de registro (oral ou escrito).

2. Elementos dêiticos:

- invariáveis: advérbios, conectivos, preposição, conjunção, interjeição.
- variáveis: substantivo, adjetivo, verbo, numeral, pronome, artigo.

3. Descontinuidade sintática e descontinuidade discursiva.

4. Inferências do narrador.
5. Discurso: direto, indireto, indireto livre.
6. As palavras que trazem a memória e sensibilizam o narrador, marcando o discurso: alegoria e símbolo.

O Projeto de Pesquisa “Rotas do Mito” adota, em conformidade com sua finalidade, que é a transcrição não fonética e fonológica, a seguinte Grade de Transcrição:

OCORRÊNCIAS	SINAIS	EXEMPLOS
Incompreensão de palavras e/ou expressões	(...) reticências entre parênteses	Então eu (...), aí não deu.
Palavra/expressão não muito compreensível, com transcrição próxima à pronúncia ouvida	(folclor) transcrição entre parênteses	É verdade que o (folclor) daqui é muito rico!
Pausa, com palavra/expressão não concluída, em suspensão	... reticências	O certo é que ... é muito difícil lembrar dele.
Pausa preenchida com excitação	eh, ah, oh, ih sons mais ou menos claros ao final da pausa	Então, eh, eu não acreditei. Ih, cumpadre, o bicho pegou!
Truncamento ou corte abrupto na produção do narrador	/ barra no ponto de corte da palavra/expressão	Eu queria dizer/ foi difícil.
Ênfase ou acento forte	TÊM uso de maiúsculas	Os políticos não TÊM a mínima vergonha.
Silabação: palavra pronunciada silabadamente	Im-pos-sí-vel separar as sílabas	É im-pos-sí-vel não ficar indignado.
Superposição, simultaneamente de vozes: a segunda voz, de narrador secundário, em linha separada e entre parênteses	(Eu tava com medo)	O cumpadre chegou (Eu tava com medo) e atirou na onça, mesmo assim!
Digressão narrativa: comentários que quebram a seqüência temática, desvio temático	— — entre parênteses	A comadre — era muito alegre — saiu correndo e gritando
Comentários ou intervenções do entrevistador na gravação	[ ] entre colchetes	Eu tava todo arrumado [o senhor era novo?] sim, eu era!
Manifestações extra-lingüísticas do narrador	(RISOS) identificar entre parênteses a manifestação, com maiúsculas	Eu gosto tanto do Boi que já me apelidaram de carrapato (RISOS).
Prolongamento da pronúncia de sílaba, no meio e no final de palavra	Então; barraco; nunquinha sublinhar a sílaba	Então, quando eu vi, ela armou o maior barraco. Eu nunquinha quero ver ela.

	prolongada	
Palavra ou expressão desconhecida do transcritor ou que represente uma especificidade da cultura do narrador	<b>Sarandagem</b> Usar negrito na palavra ou expressão	Na feira, aqui em Cametá, só se encontra a <b>sarandagem</b> , o peixe bom se foi!

Pode-se notar que o objetivo de nossa transcrição é mais semântico, pois nos interessa a diversidade cultural impressa nos sentidos construídos pelos narradores bem como o arranjo final dado a esses sentidos pelo pesquisador, que afinal é quem será o construtor da versão última em que a narrativa oral se posta. De qualquer maneira, não estamos desatentos ao fato de que a transcrição deve prezar pelo uso de linguagem conferido pelo narrador, seja ele de que classe social e escolarização for. Porque, para retomarmos minhas colocações iniciais, não devemos esquecer que a gênese da linguagem é oral, por mais que, infelizmente, a sociedade moderna tenha relegado à voz o silêncio, mas o silêncio também nos diz, e muito!

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- PORTELLI, Alessandro. “Tentando aprender um pouquinho; algumas reflexões sobre a ética na História Oral”. In: **Projeto História**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados e do Departamento de História da PUC, n.15. São Paulo: PUC, 1997.
- THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.